



## Modernistas e agentes culturais

### Modernists and cultural agents

Vera Lúcia Cardim de Cerqueira<sup>1</sup>

**Resumo:** Os integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes se envolveram de tal forma na implantação de instituições de ensino superior e culturais na cidade de São Paulo, que se tornaram não só paradigmáticos de políticas culturais como contribuíram para consagrar, significativamente, o próprio movimento modernista paulista.

**Palavra-Chave:** Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, modernismo, política cultural.

**Abstract:** The members of the “Week of Modern Art in 1922”, Mário de Andrade, Sérgio Milliet and Rubens Borba de Moraes were so involved in the establishment of higher education and cultural institutions in the city of São Paulo, that not only did they become paradigmatic of cultural policies, but they also contributed to consecrating significantly, the São Paulo modernist movement itself.

**Keywords:** Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, modernism, cultural policy.

### De uma década a outra

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada em fevereiro de 1922 nos espaços do Theatro Municipal, frequentemente é tomada como referência para compreensão de movimentos intelectuais e artísticos da época e posteriores. Simboliza, artisticamente, um processo de construção de identidade cultural compatível com um mundo moderno e em desenvolvimento. Pensar e repensar o Brasil persiste na pauta da intelectualidade nacional ou nos movimentos sociais e culturais. A intenção deste artigo é a de mostrar como esses participantes do movimento modernista paulista contribuíram, de forma inequívoca, para a consolidação do que, atualmente, identificamos como políticas públicas culturais. Consideramos que a presença desses intelectuais nas instituições paulistas promoveu, mesmo que indiretamente, a

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em Museologia pela Universidade de São Paulo e Professora Substituta do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

consolidação dos eventos da semana de 22 enquanto um marco do movimento modernista nacional.

O que vinha a ser a cultura brasileira para esse grupo? Os quadros “revelação”<sup>2</sup> de Anita Malfatti na exposição de 1917; o poema “Os sapos” de Manuel Bandeira; a escultura em linhas transgressoras de um cristo de tranças de Vitor Brecheret; a música de Villa-Lobos, os gestos da bailarina Yvonne Daumerie<sup>3</sup> ao som do piano de Guiomar Novaes e outras manifestações artísticas escolhidas pelo grupo para provocar a plateia do erudito Theatro Municipal. As bananeiras, as cores do país, o nacionalismo em todos os seus matizes, noções de nacionalismos não apenas ambíguas, mas antagonistas, transformaram o festival numa marca do modernismo explorada e reexplorada ao longo do tempo. Na plateia, de tudo um pouco da elite paulista, a nata carregada de diferentes capitais simbólicos e econômicos, como diria Bourdieu, em disputa constante.<sup>4</sup>

Pouco mais de dez anos após a semana escandalosa, protagonistas do movimento assumiram funções de gestores na administração pública da cidade e fizeram o máximo para colocar em prática seus projetos. Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes participaram da implantação e gestão do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, em 1935, se envolveram na criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933. Antonio Candido define 1922 e 1930 como dois marcos de nascimento do Brasil contemporâneo: o primeiro, simbolizando eventos anteriores e posteriores, alterando as estruturas da sociedade, tais como reformas educacionais e criação de partidos políticos e movimentos que questionam a estética tradicional; o segundo, viabilizando um terreno para novas construções (CANDIDO, apud DUARTE, 1977). É um período no qual está consolidada a ideia de construção da República, quando o Estado assume papel essencial na gestão da vida social. Há investimento na educação da população de um país que precisava urgentemente se ‘emancipar’ dos velhos princípios oligarcas e escravagistas ou, ao menos, dar-lhes uma nova roupagem. Os líderes políticos e

---

<sup>2</sup> Mário de Andrade relata que ao visitar a exposição de Anita Malfatti - criticada violentamente por Monteiro Lobato em artigo intitulado “A propósito da Exposição Malfatti” publicado em 20 de dezembro de 1917 no jornal “O Estado de S. Paulo” - foi para ele um momento de revelação sobre as possibilidades da arte, ao conhecer o expressionismo, ao quebrar os cânones vigentes no Brasil e construir uma expressão que dialogue com a essência da cultura brasileira (ANDRADE, 1978).

<sup>3</sup> Assim como outros nomes, Yvonne Daumerie é pouco citada, trouxe para o palco do Municipal uma coreografia em homenagem à Isadora Duncan, precursora do modernismo na dança.

<sup>4</sup> Marcos Augusto Gonçalves, em sua publicação, chamada por ele de “reportagem histórica”, “1922: a semana que não terminou” trata com detalhes os eventos e personagens da Semana, além de demonstrar contradições, disputas, processos de entronização, crítica ou revisão dos fatos que envolvem a história do movimento modernista a partir dos eventos de São Paulo. (GONÇALVES. 2012).

econômicos do Estado de São Paulo investiam na sua modernização, na medida em que representavam uma força política com impacto nas decisões nacionais, se viam como aqueles capazes e com direito de comandar os rumos do país em todos os seus aspectos, colocando-se em disputa constante pelo poder local e nacional. Dessa forma, prioriza-se processos de urbanização e industrialização; de imigração pautada em políticas de embranquecimento a fim de eliminar as características raciais predominantes na população, aliada, paradoxalmente, a uma construção de identidade que valorizasse essas mesmas características; movimentos artísticos emancipadores; movimentos trabalhistas decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista e todos os problemas sociais advindos da constituição e crescimento rápido das cidades.

Apesar da intervenção e controle federais, após os eventos de 1930, 1932 e a constituinte de 1934, havia um sentimento de que era preciso agir. Este era o espírito presente entre as elites paulistas e, esta urgência explica em parte a convivência em muitos momentos de grupos divergentes, ideologicamente. Havia uma premência, após a Revolução de 1930, para a reorganização do Estado como condutor social. Procurava-se reproduzir aqui o que ocorria em outras partes do mundo. As áreas do conhecimento voltadas à compreensão das sociedades estavam em pleno processo de consolidação como ciências, conquistando cadeiras nos espaços acadêmicos das instituições de ensino do país, em organizações educacionais e em espaços de sociedades ou de grupos informais. Com a ausência de quadros técnicos que pudessem diagnosticar, planejar e dirigir ações voltadas à gestão da sociedade a fim de minimizar os conflitos e estabelecer uma ordem social, instituições foram criadas com o apoio tanto da elite tradicional paulista quanto dos novos grupos empresariais emergentes. Os intelectuais participantes ou críticos do movimento modernista partilhavam do mesmo desejo por um desenvolvimento político, social e cultural, que se manifestava na constante busca pela definição de identidade brasileira.

Sobre o perfil político ideológico dos envolvidos com a criação do Departamento de Cultura e das Instituições de Ensino, cuja filiação era a do Partido Democrático, Antônio Candido situa como uma “esquerda moderada dos intelectuais mais ou menos ligados ao Partido Democrático” que visou a maioria da população e não apenas a elite, conseguiram com o apoio da mesma criar uma instituição para a gestão da vida pública (CANDIDO, apud DUARTE, 1977, pág. XVI). Como demonstra Paulo Duarte, o apoio das elites paulistas se dava por conta de um projeto maior, em nível federal: seria o Departamento de Cultura de São Paulo um germe para um Instituto Brasileiro de Cultura,

que assistiria todas as regiões com ou sem seus próprios órgãos através de cursos, palestras, eventos culturais, entre outros (DUARTE,1977). Portanto, a criação de uma instituição como a do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1935, foi tratada como oportuna pelo governo do estado de São Paulo, na medida em que poderia contribuir para as ambições políticas do grupo do então governador Armando de Sales Oliveira, na busca pela “reafirmação da autonomia regional paulista em contraposição ao nacionalismo bancado pelo Estado e a rearticulação das relações entre os intelectuais e a sociedade, pautada na intenção de democratização cultural.” Um projeto que, ao atender ao máximo de pessoas possível do lado de parte dos intelectuais paulistas estava voltado à formação e qualificação de vida na sociedade, do ponto de vista político das lideranças ajudaria a afastar a ameaça comunista presente não só nas camadas populares. (BARBATO Jr., 2004, p.191)

Não foram poupados investimentos para a criação de instituições de ensino superior, visando a preparação de quadros técnicos e de formadores das próximas gerações. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933, arregimentou professores estrangeiros, em especial estadunidenses, e viabilizou não só uma formação teórica por meio de seus cursos livres, mas um espaço de debates e de aplicação prática de pesquisas em ciências sociais. Alunos, profissionais já atuantes, provenientes de diversas áreas se especializavam nas disciplinas de maior interesse dentro do curso de Sociologia e Política (CERQUEIRA, 2014; KANTOR; MACIEL; SIMÕES, 2009). Em 1934 foi a vez da criação da Universidade de São Paulo, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo Decreto Estadual nº 6.283, cujo corpo de professores foi composto, essencialmente, pela chamada Missão Francesa. Com forte influência durkheimiana, os professores da Universidade de São Paulo, e a despeito de não necessariamente formarem um grupo homogêneo, de um lado atendiam aos interesses educacionais da elite paulista e de outro satisfaziam o próprio grupo de docentes franceses, pois se afastavam de uma região onde o fascismo estava em ascensão e podiam estudar um país que oferecia muito a ser descoberto e pesquisado. (PEIXOTO, 2001)

Nesse contexto, a criação do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo – Ato 861 de 30 de maio de 1935 – vem não apenas atender a necessidade de gerir a vida cultural da cidade, com intuito de ser um protótipo para os anseios políticos a nível federal, mas servir como um campo de difusão e prática das discussões colocadas nas

instituições de ensino superior, teoria e prática. (CERQUEIRA, 2014; BARBATO. 2004).<sup>5</sup> “Dentre suas finalidades constam: estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural”, entre as iniciativas listadas estão espetáculos de arte, para a promoção da música, teatro, cinema; criação de uma rádio difusora, de bibliotecas públicas, parques infantis, espaços esportivos e recreativos, fiscalizar atividades e espaços recreativos e de divertimentos públicos; e “recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo” (SÃO PAULO, 1935).

Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes foram atores exemplares de um primeiro exercício de política pública voltada para ações culturais. Protagonistas do movimento modernista e posteriormente gestores dos projetos de instituições de ensino e do órgão que inaugura a gestão da vida cultural na capital paulista, trata-se, como já dito, da criação da Universidade de São Paulo, da Escola Livre de Sociologia Política e do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo.

### **Os agentes modernistas**

O trabalho de Mário de Andrade, de Sérgio Milliet e de Rubens Borba de Moraes no Departamento de Cultura se faz notar até os dias de hoje, como, por exemplo, na estrutura da atual Secretaria Municipal de Cultura, com sua rede de bibliotecas, de casas de cultura, de ações como o ônibus biblioteca, dos acervos oriundos dos primeiros anos do Departamento, como da Discoteca Oneyda Alvarenga, da Coleção de Arte, de iconografia da cidade, entre outros. Considere-se a pequena estrutura no âmbito da cultura que a cidade contava na época de criação do Departamento: o Theatro Municipal, o Arquivo Histórico, o Parque Infantil Dom Pedro II e a Biblioteca Municipal. Em três anos ocorre um salto significativo, pois, além da reforma na própria organização administrativa da prefeitura, com a criação de mais departamentos; foram construídos mais três parques infantis, deixando quatro em obras; iniciou-se a rede de bibliotecas; a Discoteca Pública, reorientação da programação do Theatro Municipal; criação de

---

<sup>5</sup> Segundo Carlos A. C. Lemos, a gestão de Fábio Prado (1934-1938), a ênfase foi a área urbanística, com abertura de grandes avenidas, além de focar na organização da vida da cidade, com ações em três dimensões: a) encampou e colocou em práticas as propostas da cultura de Mário de Andrade e Paulo Duarte b) realizou a organização do quadro executivo de funcionários e a racionalização dos atos administrativos; c) e trouxe para a ordem do dia a questão da assistência social (LEMOS; SAMPAIO, 2006).

corpos estáveis, como o Coral Paulistano e a Orquestra Sinfônica; a realização de eventos como o Congresso Nacional de Língua Cantada, de cursos de especialização, de palestras, de pesquisas sociológicas e etnográficas, de publicações por meio da Revista do Arquivo Municipal, dentre outras iniciativas. Na estrutura do Departamento está, inclusive, o germe de outras Secretarias atuais, tais como da Educação, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Planejamento<sup>6</sup>

As realizações de Mário de Andrade não foram poucas e nem de fácil análise. Atuou em diversas frentes, intelectual autodidata, escritor, pesquisador, professor e crítico literário e musical, mas sua atuação como gestor público e sua contribuição no que diz respeito ao reconhecimento e preservação do patrimônio cultural brasileiro são conhecidas, praticamente, apenas por pessoas envolvidas no universo da política cultural. Em 1922, quando Mário de Andrade caminhava para completar seus 29 anos, além de participar dos eventos da Semana de Arte Moderna, já era reconhecido como crítico, escritor e fora contratado para a Cátedra de Estética e História da Música no Conservatório Dramático Musical da cidade de São Paulo. Segundo Flávia Camargo Toni, um novo período se colocava em sua vida, transitando em duas esferas artísticas. “As duas frentes de trabalho – a música e o engajamento no movimento modernista – levam-no a estudar psicologia, estética, filologia, línguas, filosofia, sociologia, etnografia, artes, entre tantas outras disciplinas” (TONI, 2002). No decorrer da década de 1920 realiza suas viagens de “descoberta” do Brasil, em 1924 para Minas Gerais, que provoca uma intensa reflexão sobre a escultura de Aleijadinho e a visão da arte popular brasileira; três anos depois, e já acumulando intensa troca de correspondências com intelectuais de outros estados e tendo publicado escritos com marcas e diálogos com elementos da cultura tradicionais, embarca para um mergulho em outras regiões, no norte e nordeste do país, nos anos de 1927, 1928 e 1929. Suas experiências no processo de descobrimento são narradas em *O Turista Aprendiz* (ANDRADE, 2015). A partir de 1935, Mário de Andrade investe e aproveita a chance de colocar em prática as suas proposições, frutos do conhecimento desenvolvido por meio de projetos, cursos, debates, publicações e outras iniciativas do Departamento

---

<sup>6</sup> Sobre o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, suas divisões e projetos, podem ser tomados como referência os estudos de: Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Carlos Sandroni, Carlos Eduardo Sampietri, Flávia Camargo Toni, Lélia G. Soares, Oneyda Alvarenga, Paulo Duarte, Rafael Vitor Barbosa Souza, Roberto Barbato Jr., Silvana Rufino, Sirlei Silveira, Telê Ancona Lopes, Vera Lúcia Cardim de Cerqueira. Além das fontes primárias que compõem os acervos do Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo, o Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo, ambos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; e o fundo Mário de Andrade do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB da Universidade de São Paulo

de Cultura. Se a criação literária diminui o ritmo, sua produção intelectual em prol de programas e ações no âmbito da Cultura é esfuziante. Qualificativo evidente em suas próprias palavras, como no trecho da carta que envia à Câmara Cascudo: “...bateu uma aura de progresso neste município sofrido, veio um prefeito que topa com as coisas da cultura também, incrível! E me chamaram para dirigir a coisa, imagine só, numa terra em que tudo está por fazer! Tou fazendo.” (ANDRADE, 2000, pág. 140).

Em meio a essa intensa reflexão e produção intelectual, aliada à execução das ideias por meio da gestão pública, Mário de Andrade elabora o anteprojeto do serviço de proteção ao patrimônio cultural solicitado pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema, ou seja, possui uma base sólida para a criação de um serviço de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Tão amadurecida é sua visão de preservação de bens culturais que ultrapassou interesses do momento e muito além do que o Estado se propunha a salvaguardar. Maria Cecília Londres Fonseca, ao demonstrar a presença dos intelectuais para a definição e comando do campo de preservação do patrimônio, aponta duas fases fundamentais na implantação inicial de uma política de preservação no Brasil: a) o momento fundador no final de década de 1930, com a participação dos intelectuais modernistas; b) o momento renovador, a partir de ações especialmente de Aloisio Magalhães, na segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980, início de um processo de reabertura política e de maior independência da comunidade científica, instaurando uma discussão para a democratização da política de patrimônio com intuito de “colocá-la a serviço da construção da cidadania” (FONSECA, 2005, pág. 23). Foram necessários muitos anos, após a instituição do serviço federal de proteção com ênfase nas edificações, para que bens de natureza intangível comesçassem a ser objetos de salvaguarda quando, a partir da Constituição de 1988, se reconhece a cultura como direito fundamental e, depois, nos anos 2000, com uma legislação própria para patrimônio imaterial, como propôs Mário de Andrade na década de 1930.

Na publicação da edição fac-similada do texto *Domingos dos séculos*, de Rubens Borba de Moraes, há uma pequena biografia que dá a dimensão da atuação institucional desse intelectual: diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca das Nações Unidas em Nova Iorque, fundou a Escola de Biblioteconomia e a Associação Paulista de Bibliotecários (MORAES, 2001). Constituiu uma biblioteca brasileira com obras raras, posteriormente doada ao casal Guita e José Mindlin e que

hoje integra o acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

Apesar de não presente no Theatro Municipal na semana de 22 por razões de saúde (MINDLIN, 1998), Rubens Borba de Moraes tornou-se um defensor “de carteirinha” do movimento modernista. Em entrevista à professora Maria Edith Guisti Serra, Moraes conta detalhes da articulação para a criação da Escola Livre de Sociologia e Política. “Então surgiu a ideia de fundarmos uma instituição que ensinasse coisas modernas que não eram ensinadas no Brasil, tais como sociologia, política, estatística, administração, etc. e tal.” Detalha as contratações para cada área e a relação inicial de disputa com a Universidade de São Paulo criada no ano seguinte, 1934, e sua afirmação em considerar estas ações dos anos de 1930 como um desdobramento natural do amadurecimento dos envolvidos com a Semana de Arte Moderna de São Paulo, ideia tão cara a ele que não hesitou em deixar um trabalho bem remunerado na Secretaria da Fazenda para assumir uma divisão do Departamento de Cultura. (KANTOR; MACIEL; SIMÕES, 2009, pág. 200, MINDLIN, 1998). Ele assume no final do ano de 1935, a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e investe na estruturação do campo, criando o primeiro curso de formação de bibliotecários em São Paulo. Sua atuação se concentra na ampliação e atualização do acervo, na estruturação de processos técnicos como tombamento, registro, catalogação e classificação. A aquisição incluía livros raros e coleções de bibliófilos como a de Félix Pacheco. Planejou a criação de bibliotecas ramais, com vista ao estabelecimento de um Sistema Municipal de Bibliotecas (GOMES, 2008).

A importância de uma rede de bibliotecas é facilmente perceptível numa cidade como São Paulo, são esses equipamentos culturais que chegam nas bordas da cidade, onde se transformam em espaço multiuso e fundamentais para a vida cultural. Ações voltadas para a popularização da leitura e de seus espaços iniciadas no Departamento de Cultura, tais como a Biblioteca Circulante, foram paradigmáticas, retomadas e ampliadas posteriormente a partir do final da década de 1980. Na atualidade, além das bibliotecas, outros equipamentos culturais tentam atender as áreas periféricas do município, tais como as Casas de Cultura e os Centros Educacionais Unificados - CEUs, espaços inicialmente construídos para uso integrado entre Educação, Cultura e Esporte, mas que, a depender da gestão municipal, têm seu uso limitado à educação formal.

Assim como Rubens Borba de Moraes, a atuação como gestor e articulador cultural marcam o repertório de ações, vida profissional e intelectual de Sérgio Milliet,

referenciado quando se trata das instituições de preservação de arte, em especial a arte moderna. Também como Moraes, Milliet fez parte do grupo que gestou a ideia do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DUARTE, 1977), e da Escola de Sociologia e Política, sendo inicialmente seu secretário e assumindo em 1942 a cadeira de Introdução à Ciência da Sociologia. Viabilizou por meio da criação do Departamento a contratação de profissionais provenientes das Instituições de Ensino Superior como o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Educação, a Seção de Ciências Sociais e Políticas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e outros. Isso definiu não apenas a municipalidade como espaço para a aplicação prática das discussões teóricas em ciências sociais, mas a própria formação de um mercado de trabalho para os pesquisadores.

O período da gestão de Sérgio Milliet à frente da Divisão de Documentação Histórica e Social é marcado pela articulação que ocorre entre as pesquisas, levantamentos, estudos e outras análises e registros feitos pela Divisão de Documentação Histórica e as demais Divisões, sob a orientação de professores vinculados aos cursos de nível superior, ou indiretamente, como no caso de Dina Dreyfus<sup>7</sup>. As diretrizes de planejamento das atividades e assistência dada à clientela dos parques infantis, por exemplo, foram em parte fundamentadas por pesquisas realizadas sobre a ascendência das crianças matriculadas em 1936 nas unidades dos bairros da Lapa, do Dom Pedro II e do Ipiranga. Na medida em que os pais eram essencialmente trabalhadores de origem estrangeira, a caracterização das famílias viabilizaria ações para integração cultural delas. Outro destaque foi a realização de pesquisas de qualidade de vida de famílias operárias, sob a coordenação de professores da Escola de Sociologia e Política contratados pela Divisão de Documentação, primeiro por Horace Davis e em seguida por Samuel Lowrie (CERQUEIRA, 2014; DEL VECCHIO e DIEGUEZ, 2008). Dentre outras ações significativas está a criação do Setor de Iconografia, com o trabalho de documentação fotográfica e a implantação, cuja coleção se encontra sob a guarda do Museu da Cidade de São Paulo; a implantação da Gráfica Municipal e da utilização da Revista do Arquivo Municipal. Esta última constituindo-se como principal meio de divulgação dos atos e ações do poder municipal, através da publicação de artigos, de resultados de pesquisas, dentre outros.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Na época Dina Lévi-Strauss.

<sup>8</sup> Conforme estabelecido no Ato municipal número 861, de 30 de maio de 1935, o Diretor da Divisão de Documentação Histórica e Social é seu principal redator responsável (SÃO PAULO, 1935).

O golpe do Estado Novo interrompe drasticamente as ações do grupo vinculado ao Departamento de Cultura. Em 1938 Fábio Prado sai da prefeitura e Mário de Andrade é exonerado da direção do Departamento e a cultura deixa de ser prioridade. Com o tempo ocorrem mudanças: Rubens Borba de Moraes, por desentendimento com o prefeito Prestes Mais sobre a condução da construção do novo prédio da Biblioteca Municipal, deixa a Divisão de Bibliotecas e assume cargo na de Documentação e logo indo para a Biblioteca Nacional (MINDLIN, 1998); o curso de Biblioteconomia é preterido e, graças à articulação de Moraes que conseguiu recursos por meio da Fundação Rockefeller, vincula-se administrativamente à Fundação de Escola de Sociologia e Política, que passa a ter duas áreas de bacharelado: Ciências Sociais e Política e Biblioteconomia. Sérgio Milliet acumula inicialmente as duas divisões. Na Divisão de Bibliotecas, a partir de 1943, Milliet investe na área em que é mais conhecido, em conjunto com Maria Eugênia Franco cria a Seção de Arte, em 1945, ampliando a atuação no campo das artes plásticas e, inicia a aquisição de obras de arte moderna, convertendo-se no “primeiro acervo institucionalizado e público de obras de arte moderna brasileira”. Além da ação na gestão municipal, sua contribuição é essencial para a criação tanto do Museu de Arte de São Paulo - MASP em 1947, do Museu de Arte Moderna – MAM em 1948 e da Bienal de Arte de São Paulo, sendo diretor artístico do MAM de 1952 a 1957 e das segunda, terceira e quarta Bienais (1953-1958) (PIZA, 2018, pág. 43).

### **Considerações finais**

O que torna um evento num marco histórico, talvez seja menos o seu conteúdo performático e mais as articulações de seus participantes, narradores para a posteridade, construtores de ações. A proposta deste texto não foi a de trazer fatos novos, descobrir ou desvendar segredos desses personagens. Não faltam estudos e discussões, a ideia central está na apresentação de informações que viabilizem a constante e necessária revisão do pensar políticas públicas no Brasil, no sentido político. Por vezes, quando a realidade social se apresenta aparentemente equilibrada, alguns acontecimentos são tomados como algo que precisa ser superado. No entanto, quando esta mesma realidade toma a face da desigualdade, da disputa política, de retrocessos sociais e econômicos, os mesmos eventos precisam ser retomados como paradigmas críticos e de reflexão e de estímulo para resiliência.

Na década de criação das instituições tratadas neste texto, uma rotinização do modernismo já estava em pauta, e uma rotinização da cultura estava em pleno processo de consolidação. Se um recorte da história reverbera é porque devemos olhar a história com crítica de quem sabe que é uma narrativa forjada por parte da sociedade, não para desprezá-la ou adorá-la, mas para saber de onde vem o discurso e aproveitar com outros e construtivos olhos. Uma demonstração simples é a percepção da cultura na sua ampla dimensão como fundamental para o desenvolvimento da vida em sociedade, presente no movimento modernista, nas finalidades do Departamento de Cultura e Recreação e, finalmente, acrescentada como direito básico na Constituição Federal em 1988.

## Referências

- ANDRADE, Mário de Andrade. **Aspectos da literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. Carta a Câmara Cascudo datada de 15 de abril de 1936. In: **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Turista Aprendiz**. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília: IPHAN, 2015.
- BARBATO Jr, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura em São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.
- CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Ciências Sociais na gestão Mário de Andrade: contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss**. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2014.
- DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla (Orgs.). **As pesquisas de padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da Sociologia aplicada no Brasil**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 2008.
- DUARTE, Paulo. **Mário por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.
- GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura**.

- Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. 1922. **A semana que não terminou**. Cia das Letras. São Paulo. 2012.
- KANTOR, Iris, MACIEL, Débora, SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Escuta, 2009.
- LEMOS, Carlos A. C.; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral (curadoria e textos). **Renata e Fábio Prado: a casa e a cidade**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2006.
- MINDLIN, José. 1998. Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), v.79. n. 192, p. 108-111, 1998.
- MORAES, Rubens Borba de. Da Semana de Arte Moderna à Fundação da Escola Livre: no calor de 1932. In: KANTOR, Iris, MACIEL, Débora, SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Escuta, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Domingo dos séculos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil 2**. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001.
- PIZA, Vera Maria Porto de Toledo. **Moderno e pioneiro – a formação do acervo de artes visuais da Biblioteca Mário de Andrade na gestão de Sérgio Milliet (1943-1959)**. Dissertação de Mestrado da Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. São Paulo, 2018.
- SÃO PAULO. Ato Municipal nº 861. **Diário Oficial do Município**, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 30 mai. 1935. [Cria o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo].
- TONI, Flávia Camargo. Me fiz brasileiro para o Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília: Iphan, n. 30, 2002